

Texto como discurso: uma visão semiolinguística

Maria Aparecida Lino Pauliukonis*
Lúcia Helena Martins Gouvêa**

Resumo

Este artigo propõe a análise de um texto como discurso, sob o viés da Teoria Semiolinguística do discurso (CHARAUDEAU, 1983, 2008). Pretende-se caracterizar o ato de linguagem como interenunciativo e fazer considerações a respeito do projeto de influência do emissor sobre o receptor, regulado por um contrato de comunicação, realizado em uma dada situação comunicativa. Por meio da análise de uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, publicada em *O Globo*, em 2009, focaliza-se a ação dos sujeitos enunciadorees nos processos de transformação e de transação, responsáveis pela construção do sentido dos vários gêneros textuais-discursivos e dos modos de organização do discurso.

Palavras-chave: Enunciação. Ato de linguagem. Contrato comunicativo.

Introdução

Este artigo tem como proposta discutir a noção de texto como discurso sob o aporte teórico da Teoria Semiolinguística do discurso (CHARAUDEAU, 2008), uma das vertentes da Análise do Discurso de base interativa/comunicacional. Um dos objetivos é analisar como se dá a apreensão do sentido de um texto, tomando por base o exame de operações discursivas realizadas pelos sujeitos enunciadorees

* Docente Associado IV do Programa de Pós-Graduação de Letras Vernáculas da UFRJ. Coordena o projeto integrado de pesquisa Ciad-Rio (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso), juntamente com Patrick Charaudeau, do CAD (Centre d'Analyse du Discours), em Acordo de Cooperação científica entre a UFRJ e a Universidade Paris 13. Desenvolve atualmente projeto de pesquisa sobre modalidades e enunciação na mídia jornalística impressa. E-mail: aparecidalino@gmail.com

** Docente Adjunto III do Programa de Pós-Graduação de Letras Vernáculas da UFRJ. Membro do projeto integrado de pesquisa Ciad-Rio (Círculo Interdisciplinar de Análise do discurso). Atualmente, desenvolve um projeto de pesquisa intitulado Modalidades e tipos de lexicalização: um estudo em gêneros informativos midiáticos. E-mail: lhluar@yahoo.com.br

durante o ato de comunicação, em uma determinada situação social, reguladas por um *contrato* comunicativo.

Para tanto, pretende-se analisar o processo enunciativo, utilizado na produção de uma crônica, de Luís Fernando Verissimo, publicada em *O Globo*, intitulada “O futuro do GPS”, e verificar como se realiza a inclusão de marcas da identidade dos sujeitos da enunciação, por meio da observação dos índices de subjetividade mais frequentes.

Por se tratar de uma análise que opera com o universo linguístico e situacional, fundamenta-se em alguns conceitos básicos da Teoria Semiolinguística, a saber: o *ato de linguagem* como enunciação; a *imagem dos sujeitos do discurso e a situação social*; o *contrato de comunicação* e a *mise-en-scène* dos dispositivos utilizados para os diferentes *gêneros textuais e os modos de organização do discurso*.

O ponto de vista adotado busca, assim, abranger o que a análise discursiva denomina de problematização do sentido ou interpretação de um texto em função de operações linguístico-discursivas específicas. Tal perspectiva consiste em compreender e analisar o significado textual em função do projeto de influência e da ação do sujeito enunciador sobre o sujeito receptor/destinatário em determinado contexto situacional.

A proposta apresenta a seguinte disposição: um breve histórico das teorias da enunciação e da Análise do Discurso, com o fim de situar os precursores e destacar os mais recentes teóricos que

possibilitaram a passagem dos enfoques estruturalistas do código para os estudos dos usos linguísticos sob o prisma discursivo; especial destaque será dado para a contribuição da Semiolinguística no enfoque da análise da ação de sujeitos interagentes e da “mise-en-scène” enunciativa na produção de um texto opinativo.

Breve histórico da enunciação

Tido como um conceito central em Filosofia, o termo *enunciação* tornou-se recorrente na referência aos estudos linguístico-enunciativos, a ponto de hoje se tornar central nas discussões sobre a relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo.

Se se recuar no tempo, dentre os precursores dessa nova abordagem da língua, podem ser citados Bréal (1897) que, no capítulo sobre a subjetividade na língua, destaca as escolhas lexicais que os sujeitos realizam e processam, em função das circunstâncias de seu tempo, o que caracteriza a intervenção da subjetividade na construção do texto, e Bakhtin (1929), que propôs a análise da dinamicidade da linguagem e da natureza social da enunciação. Segundo tais perspectivas, a língua aponta possibilidade de orientação de sentido para o interlocutor, para os contextos constitutivos e para as inter-relações com outras enunciações.

Podem ser lembrados outros expoentes, mas as contribuições de Benveniste (1966) foram decisivas para o desen-

volvimento dos estudos enunciativos e da intersubjetividade na linguagem; ao apregoar a impossibilidade de se reconhecerem certos elementos linguísticos dissociados da atividade dos falantes, ele instaurou, de vez, a Teoria da Enunciação, que direcionou os estudos enunciativos posteriores.

O tratamento dado à enunciação sempre foi relevante para a perspectiva do discurso; desde o início, colocou-se em pauta a produção discursiva de uma dada sociedade por meio de suas distintas formas de expressão; nesse sentido, tornaram-se centrais as noções de intersubjetividade, os princípios da Pragmática e os desdobramentos e os avanços das teorias sobre o texto considerado como discurso.

Atualmente a AD configura-se em várias correntes de investigação da linguagem que guardam entre si um ponto comum: um modo de reflexão sobre as relações intersubjetivas e as condições enunciativas de realização, base de seu funcionamento. Dessa forma, as abordagens do discurso privilegiam a compreensão dos mecanismos que são inerentes à prática linguística, concebem a ação interativa e cognitiva das entidades subjetivas e propiciam um questionamento sobre a participação do ambiente social (situação) na produção do ato de comunicação.

Em meio à profusão de teorias sobre o discurso, atualmente não se pode mais considerar uma única abordagem para os diversos enfoques discursivos; assim, os vários aportes teóricos mantêm pontos

de contato, mas conservam suas especificidades. Dentre eles, serão feitas aqui considerações sobre uma importante corrente de base comunicacional, que trata a *problemática* do ato de linguagem, a partir das perspectivas da *enunciação*.

Trata-se da Teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau (1983, 1996), segundo a qual a construção do sentido se faz por meio de uma relação forma/sentido, que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos, e é resultante de operações discursivas de entidades subjetivas, a partir de uma situação bem determinada, sob a égide de um *contrato comunicativo*. Seu ideólogo é criador do CAD, Centre d'Analyse du Discours da Universidade de Paris 13, laboratório de pesquisa que congrega vários pesquisadores de outras universidades da França e que mantém convênios de cooperação científica com universidades em vários países.

No Brasil, pesquisadores das Universidades UFMG, (Grupo NAD), UFRJ, UFF, UERJ (Grupo Ciad-Rio) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), entre outras, mantêm pesquisas em cooperação científica com Charaudeau e utilizam essa perspectiva teórica para fundamentar seus estudos, por entenderem que corresponde a uma proposta de trabalho consistente e integradora de diferentes domínios do estudo da linguagem e propõem questionamentos acerca de aspectos internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos) aos vários gêneros de textos.

Já se podem destacar algumas temáticas que direcionam as pesquisas em Análise Semiolinguística do discurso atualmente: (1) estudos sobre entidades subjetivas – os sujeitos sociais e discursivos – no quadro da interação social; (2) pesquisas que privilegiam as situações sociais de comunicação linguageira (o uso desse termo abrange, além do discurso, os elementos da *mis-en-scène* enunciativa); (3) análises que articulam as funções linguístico-discursivas com a situação de produção/recepção (posições ideológicas e sociais); (4) trabalhos que focalizam, em primeiro plano, a organização macro e microtextual dos textos, os tipos e gêneros do discurso e as marcas linguístico-discursivas dos sujeitos da enunciação.

De um modo geral, todas essas abordagens do discurso apresentam uma reação à teoria do representacionismo tradicional ou do estruturalismo do Código, que o considerava como um reflexo ou espelho da realidade, cuja função básica é informar sobre o mundo. Pela visão do discurso, a língua serve, primeiramente, para colocar os indivíduos em interação, para que eles possam falar sobre o mundo, recriando-o, discursivamente, de diferentes formas.

Situam-se nessa direção os trabalhos de pesquisa do Grupo Ciad-Rio, laboratório de pesquisa que congrega pesquisadores das principais universidades públicas do Rio de Janeiro, engajados em um projeto integrado com vários outros subprojetos, que apresentam como di-

retriz investigações sobre as “operações enunciativas e a construção do *ethos* dos sujeitos enunciadores em textos midiáticos e literários”.

Com interface e propostas para o ensino de língua, tais pesquisas têm constatado a importância de se estudarem as estratégias argumentativo-discursivas que são reconhecidas nos processos de interpretação e de produção textual. Para melhor situar tal enfoque nas várias correntes do discurso, apresenta-se, a seguir, um breve histórico das correntes da AD.

Um histórico da Análise do Discurso

Disciplina relativamente recente, a AD, em sentido *lato*, abrange os estudos de discurso e, em sentido estrito, o exame de certas teorias que o tomam como objeto. É difícil traçar uma história linear da AD, visto não ter ela um ato fundador, como a Linguística, por exemplo, que teve como marco o lançamento do *Cours de linguistique générale*, de Ferdinand de Saussure.

Como disciplina ela é resultado da convergência de uma série de correntes, com pressupostos diferentes, de práticas de estudos de textos filiadas à Retórica, à Filologia à Estilística e à Hermenêutica. Esses movimentos surgiram nos anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos, e se desenvolveram com estudos de produções transfrásticas, em que se busca compreender a significação social.

Foi nas décadas de 1960-70 que a Linguística, com o avanço do estruturalismo e do gerativismo, renovou os estudos filológicos e gramaticais com novas considerações e hipóteses sobre o funcionamento da linguagem, propondo novos métodos de análise dos sistemas linguísticos. Ao mesmo tempo, recebeu inúmeras contribuições de outras disciplinas como a Psicolinguística, a Sociolinguística, a Pragmática, a Etnografia da comunicação, a Psicossociologia da linguagem, permitindo um conjunto de saberes que passaram a constituir as “ciências da linguagem”.

O termo AD foi usado pela primeira vez por Harris (1952), que estendeu a observação a análises que iam para além da frase; já o linguista romeno, Eugenio Coseriu, em 1956, no artigo “Determinação e entorno”, lança a ideia de um enfoque analítico a partir do uso da língua em textos, numa perspectiva de análise que se fizesse a partir da *Parole*, em vez da *Langue*, enfoque esse que direcionava para uma Linguística do texto e do contexto. Nos anos sessenta ainda surgem várias teorias de estudos do texto que vão delinear ideias básicas do que hoje se entende por Análise do Discurso.

Nessa época fértil de ideias, prosperaram várias teorias ligadas ao texto e ao discurso, como a Etnografia da comunicação, Gumperz e Hymes (1964), a Análise da Conversação, Garfinkel (1967), a Teoria dos Atos de Fala, Austin (1962), a Escola Francesa da AD, Michel Pêcheux

(1968). Também tiveram papel importante as ideias provenientes das teorias da Enunciação com Émile Benveniste (1966), das máximas de Grice (1975) e das primeiras abordagens da Linguística do Texto com Schimidt (1968), seguidas das propostas de estudiosos como Van Dijk (1972) Brown e Yule (1983), Beaugrande e Dressler (1981) e M. Charolles (1976), cujas preocupações versavam sobre diversos problemas de textualidade, progressão textual, coesão e coerência em textos, entre outros. Não se pode ignorar também a influência de outros campos do saber, com as propostas de M. Foucault (*Arqueologia do saber*, 1969), e as ideias pioneiras e precursoras de Bakhtin (discípulo Voloshinov), cujos conceitos de polifonia e de dialogismo sempre estiveram presentes na observação da atividade discursiva.

A abrangente etiqueta AD de linha francesa foi de grande poder de influência e permitiu designar uma prática comum de análise que imperou na década de 1960 na França. Em 1969 apareceu um número especial da Revista *Langages*, com o título “Analyse du discours”, que caracterizava a nova tendência. Pêcheux é considerado o autor mais representativo dessa corrente que se prendia à análise de textos de cunho político, feita por linguistas e historiadores, com uma metodologia própria sobre o discurso e a ideologia de grupos da esquerda; suas análises foram inspiradas em releituras das ideias de Max, na linha da Psicanálise de Lacan e nas do

filósofo Althusser – com a possibilidade de teorias sobre ideologia.

Ao colocar o discurso entre os estudos da linguagem, visto a partir da Linguística da *Langue* e da ideologia, Pêcheux provocou uma revolução nas Ciências Sociais. Denunciava-se a ilusão que teria o sujeito de ser a fonte do sentido, uma vez que, segundo o autor, o sujeito era uma instância sempre assujeitada pelo inconsciente e pela ideologia coletiva, privilegiando-se a desestruturação dos textos, para se revelar a força inconsciente da ideologia social. Em sentido amplo, pode-se definir essa corrente como uma tentativa de aproximação com a linha analítica do discurso de modelo psicanalítico, em que se decompõe a totalidade para se chegar ao sentido. Esse modelo opõe-se a outro modelo integrativo de análise, de cunho mais social, que busca articular o discurso com uma rede interdisciplinar de acontecimentos textuais e sociais.

No Brasil, pesquisadores expandiram as ideias inspiradas nas obras de Pêcheux, que contam hoje com muitos seguidores que procuram aplicar a contextos brasileiros os princípios da AD francesa. A partir do final dos anos 1980, com a morte de Pêcheux, a teoria passou a concorrer com outras tendências francesas de AD, a ponto de não se poder falar mais em uma Escola Francesa de AD, mas de várias correntes teóricas, com pontos de contato e com suas especificidades.

Dentre elas, citam-se duas correntes de análise que têm em comum os estudos da enunciação e o enfoque na teoria argumentativa. A primeira, a Semântica Argumentativa do Discurso, de Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre (1987), focaliza a função semântico-enunciativa de elementos linguísticos, como conectores e operadores argumentativos no discurso, numa perspectiva que denominam de Teoria da Argumentação na Língua (TAL). A segunda, a Teoria Semiolinguística do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau (1983), fundamenta-se em bases comunicacional e interativa, segundo as quais o sentido é resultante de operações enunciativo-discursivas de entidades subjetivas no discurso, a partir de uma situação social bem determinada.

Ao lado dessas correntes do discurso, de cunho social e histórico, apareceram também outras teorias sensíveis aos fenômenos discursivos, dentre as quais as teorias *funcionalista* e *variacionista*, os estudos *etnográficos* de cunho sociointeracional, os estudos *semântico-lexicais* de base semiótica e teorias mais recentes que ganharam impulso, na década de 1980: as chamadas *semânticas cognitivas* ou mais amplamente denominados estudos sociocognitivos.

De um modo geral, todas essas correntes do discurso apresentam uma crítica à teoria do representacionismo tradicional que considerava a Língua como um reflexo da realidade, cuja função básica é informar sobre o mundo, como foi de-

fendido em parte pela tradição do estruturalismo. Com contraponto, as teorias do discurso estabelecem um consenso sobre a maneira de tratar os problemas da significação discursiva, subordinando a referência ao mundo (sentido proposicional), à intersubjetividade dos interlocutores (sentido relacional).

Um balanço geral e crítico das várias teorias da Análise do Discurso pode ser encontrado no *Dicionário de análise do discurso*, organizado por Charaudeau e Maingueneau, publicado em 2002, pela Editora Seuil e traduzido em 2004 e publicado pela Contexto, no Brasil. A obra traça uma panorâmica das diversas correntes mundiais da AD, especificando os conceitos básicos, a definição dos termos utilizados e as propostas de cada área dos estudos do discurso.

Com essa efervescência de ideias e muitas publicações, é natural que haja certa confusão sobre os limites das várias linhas de pesquisa em discurso. No entanto, já podem ser definidas as principais características e os objetivos da área de pesquisa, que concerne à temática deste artigo, ou seja, a corrente intitulada Teoria Semiolinguística, que tem por objetivos principais:

- a) analisar *corpora* de textos escritos institucionalizados (daí o menor interesse pela análise da conversação, que é área maior de interesse dos estudos interativos conversacionais);
- b) dar relevo ao intertexto e ao interdiscurso – todo texto é perpassado por outros textos/discursos;

- c) enfatizar o dialogismo, em uma relação privilegiada com as teorias da enunciação;
- d) interessar-se não só pela função discursiva, como principalmente por visões discursivas de unidades da Língua. O maior interesse dos pesquisadores está em fatores linguístico-discursivos;
- e) fazer reflexões sobre como se dá a inserção dos sujeitos no discurso, com ênfase no estudo das modalidades da enunciação, os tipos de texto, os gêneros e os modos de organização do discurso.

Como as temáticas são bastante abrangentes e refletem a influência de várias outras correntes sobre o discurso, apenas as temáticas da enunciação e da intersubjetividade serão objeto de considerações, a seguir.

Enunciação: a perspectiva da Semiolinguística

No âmbito das teorias da enunciação, a Semiolinguística considera todo ato de linguagem como resultante da combinação de dois componentes – o verbal e o situacional – e privilegia a análise da imagem que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, num emprego de restrições e de manobras. A constituição dessa imagem pode ser visualizada por meio de um duplo recorte: o da *enunciação ampliada* – em que se faz o exame do contexto, incluindo os *protagonistas* e *parceiros* e as circunstâncias

de produção do *ato comunicativo* – e o da *enunciação restrita* – com o enfoque de procedimentos linguísticos que se constituem como marcas sinalizadoras (pistas) na construção de uma imagem ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada.

No espaço enunciativo considerado de forma mais ampla, ganham relevância dois princípios básicos que fundamentam todo ato comunicativo: o *princípio da alteridade* e o *princípio da identidade*.

O *princípio da alteridade* postula que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (presentes ou ausentes) que devem se reconhecer como semelhantes – pois compartilham saberes e possuem finalidades comuns – e como diferentes – cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/ produtor do *ato de comunicação* (o *sujeito comunicante*) e de sujeito receptor desse ato de comunicação (o *sujeito interpretante*).

Dessa forma, cada um dos parceiros da troca linguageira está engajado num processo recíproco – mas não simétrico – de reconhecimento do outro e de diferenciação; segundo Charaudeau, cada um se legitimando e legitimando o outro através de uma espécie de olhar avaliativo, o que permite dizer que a identidade social se constrói por meio de um “cruzamento de olhares” (CHARAUDEAU, 2007).

O *princípio da identidade*, por sua vez, centra-se no próprio indivíduo; é ele que permite dizer: quem sou realmente? Que imagem de mim projeto

para o outro? A identidade desse sujeito é bastante complexa. Nela se articulam dados biológicos, dados psicossociais atribuídos pelos outros e dados construídos pelo próprio comportamento (o que se pretende ser). Todos esses componentes conduzem à construção de duas identidades: a *identidade social* e a *identidade discursiva*.

A *identidade social* precisa ser também criada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, podendo ser, portanto, reconstruída ou mascarada. Já a *identidade discursiva* necessita de uma base que se encontra na identidade social. É esta última que dá ao sujeito seu “direito à palavra”, o que está fundamentado na sua *legitimidade* e na sua *credibilidade*.

Por sua vez, todo ato de comunicação constitui-se num problema, pois comunicar é também se arriscar à incompreensão ou à negação, o que faz o autor afirmar que comunicar é sempre se lançar em uma “aventura”. A ameaça constitui o próprio *ato de comunicação* em si e o reconhecimento recíproco que tem de ser construído socialmente pelos parceiros envolvidos no *ato de comunicação*. Como todo sujeito se situa no centro de uma *situação* de comunicação e está em relação com um parceiro, é essa relação que define as características identitárias e contratuais do ato comunicativo: presença ou ausência (física) dos parceiros, o canal usado na transmissão, a diversidade de códigos, os comportamentos discursivos esperados na troca, enfim, inúmeros são

os elementos que participam dos rituais e caracterizam uma situação interativa.

Além dos dois princípios citados – alteridade e identidade –, no ato de linguagem, estão presentes dois outros que o fundamentam: o da *influência* e o da *regulação*, que contribuem para completar o quadro enunciativo: enquanto aquele procura envolver e afetar emocionalmente o parceiro, alvo de sua influência, o princípio da regulação, que consiste no conjunto de restrições do sistema, torna possível e necessário recorrer-se a estratégias que regulam e permitem a intercompreensão.

Se, para comunicar-se, como se está vendo, há sempre a necessidade de um outro, o modelo comunicacional da Semiologia compreende um ato de troca entre dois parceiros, ligados pelo princípio da intencionalidade e da regulação, realizado em uma determinada situação de influência comunicativa e regulado por um *contrato comunicativo*. Por se tratar de um conceito-chave na constituição do ato de linguagem, este será considerado, mais detalhadamente, a seguir.

O contrato de comunicação

A noção de contrato assenta-se no pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de “convivência” e de cumplicidade quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, por isso

lançam mão de estratégias que permitirão colocar em cena suas intenções (o que pode ser feito de forma consciente ou não).

Pode-se afirmar, então, que todo ato de comunicação social supõe um determinado *contrato* social. Esse termo, tomado de empréstimo do domínio jurídico, pressupõe que os indivíduos sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem. Nas palavras de Charaudeau (2008, p. 56),

A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua. Nessa perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual espera uma contrapartida de convivência.

O *contrato de comunicação* permite aos parceiros se reconhecerem um ao outro por meio de traços identitários e reúne as condições necessárias para a realização do ato de comunicação: o objetivo do ato – que os sobredetermina, o objeto temático de troca e as coerções materiais determinadas pelas circunstâncias. Dessa forma, o ato compõe-se de um *espaço de restrições*, isto é, de regras que não podem ser infringidas pelos parceiros, sob pena de não haver a comunicação, e de um *espaço de manobras* que compreende os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para atingir seus objetivos.

Ao propor que no ato de linguagem há uma situação de troca que depende de uma intencionalidade e se realiza em espaços de restrição, Charaudeau propõe um *modelo de estruturação desse contrato* em três níveis: *situacional, comunicacional e discursivo*. O atendimento a essas condições permite que se chegue à construção do texto como um processo discursivo, foco de interesse de análise nesta abordagem.

Assim, o *nível situacional* dá conta do espaço externo, “lugar” que determina a *finalidade* do ato (para que se fala?), a *identidade* dos parceiros (quem fala a quem?), o *domínio do saber* que é veiculado pelo *objeto da troca* (sobre o que se fala?) e o dispositivo (por meio do que se fala?). O *nível comunicacional* constitui-se no “lugar” onde estão as maneiras de falar, ou seja, o que vai definir os papéis languageiros dos sujeitos, o que vai também lhes garantir o direito à fala, em função dos dados situacionais (como se fala?). Por fim, o *nível discursivo* corresponde ao “lugar” de intervenção do sujeito enunciador e deve atender às condições de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *captação*.

De acordo com a Teoria Semiolingüística, o *ato de comunicação* é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*, articulados num duplo circuito comunicativo – *circuito externo (fazer)* e *circuito interno (dizer)* – indissociáveis um do outro. O *fazer* é o lugar da *instância situacional* em que atuam os parceiros – sujeitos comunicante e interpretante – que são os seres sociais da troca; já o

dizer é o lugar da *instância discursiva*, é o espaço da *encenação* do dizer, da qual participam os *protagonistas* – sujeitos enunciador e sujeito destinatário – que são os *seres da palavra*.

Nesse sentido, o *ato de comunicação* não pode ser visto como uma simples produção de uma mensagem feita por um emissor em direção a um interlocutor, mas como um encontro dialético de quatro instâncias subjetivas que vai determinar os dois processos:

- o processo de produção: um EU-comunicante que se dirige a um Tu-destinatário;
- o processo de interpretação: um Tu-interpretante que constrói uma imagem do Eu-comunicante pelo que ele apresenta como sujeito enunciador.

Os sujeitos comunicante (EUc) e interpretante (EUi) são, portanto, na concepção do autor, “sujeitos de ação” que realizam uma encenação ou *mise-en-scène* discursiva no *ato de comunicação*, quando atuam como *parceiros*. A esses sujeitos, no entanto, se ligam mais dois, que são de “ordem discursiva”: o sujeito comunicante se anuncia como sujeito enunciador (EUe) e constrói uma imagem de si, ao mesmo tempo em que se dirige a um destinatário (TUd), também idealizado. Assim, por esse processo interlocutivo, ocorre um desdobramento dos lugares enunciativos, realizados por quatro enunciadores.

Dessa forma, a Semiolingüística considera o *ato de comunicação* como um “jogo”, ou seja, o *ato de comunicação* se

mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso.

Nessa perspectiva, todos os atos de comunicação são considerados como “encenações” (no sentido teatral mesmo do termo), que resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação com uma determinada organização discursiva e com um determinado emprego de marcas linguísticas. Isso mostra a necessidade de uma competência de produção/interpretação, que ultrapassa o simples conhecimento das palavras e suas regras de combinação, que requer um saber bem mais global, sobre as operações discursivas realizadas e que compreende os elementos contextuais próprios da interação social.

Operações discursivas (na língua)

O processo de discursivização na língua corresponde a um conjunto de estratégias capaz de transformar a língua em discurso, ou seja, são as operações que permitem fazer a passagem do significado (sentido de língua) para a significação (sentido de discurso). De fato, vocábulos, como *homem*, *mulher*, *viagem*, por exemplo, têm sentido potencial e só ganham sentido real quando atualizados discursivamente. Assim, no enunciado “O *homem* é mortal” (Sócrates), o termo refere-se ao ser humano, mas colocado

numa placa, em uma porta ao fundo de um bar, por exemplo, *HOMEM* ganha significação de banheiro masculino e *MULHER*, de banheiro feminino.

A criação de um significado discursivo não depende apenas de relações morfossintáticas ou semânticas entre os elementos da língua (entidades, atributos e processos no contexto verbal), mas ganham sentido na relação desses elementos com a situação social dos interagentes, ou com o conjunto de fatores extralinguísticos ou contextuais.

Nesse processo de semiotização do mundo, ou nessa passagem do mundo a significar para o mundo significado discursivamente, podem-se distinguir duas operações fundamentais – o processo da transformação e o processo da transação –, que ocorrem em níveis frasal e textual, permitindo a transferência do mundo real para o mundo do discurso.

Em um primeiro nível, o emprego da língua envolve diversas *operações discursivas de transformação*: as operações de *identificação*, ou nomeação de todos os seres, processos e entidades, as operações de *caracterização*, ou de adjetivação em sentido amplo, as de *processualização*, que pertencem ao universo do verbo, as de *modalização* ou de cunho modalizador e as de *relação*, responsáveis pela conexão entre os elementos.

Em um segundo nível, estão as operações que concorrem para a construção textual, constituindo-se o *processo de transação*, ou de expressão do conteúdo textual. As operações do *processo de*

transformação são efetuadas sob liberdade vigiada, segundo as diretivas do *processo de transação* (CHARAUDEAU, 2008, p. 68), que confere a elas uma orientação de sentido. Ou seja, não se pode considerar isoladamente cada processo, uma vez que são interdependentes e complementares.

Resumindo, qualquer *ato de comunicação* pode ser representado por um dispositivo, cujos componentes são os seguintes:

- a) a *situação de comunicação*, de ordem psicossocial, quadro físico e mental no qual se encontram os parceiros de uma troca linguageira, ligados pelo contrato comunicativo, em função da identidade dos parceiros e das intenções comunicativas do sujeito e de seu *projeto de fala*;
- b) os *modos de organização do discurso*, que se constituem de princípios de organização da matéria linguageira, que constam do processo de transação e são dependentes da finalidade comunicativa do sujeito falante (descrever, narrar, argumentar). Esses procedimentos são expressos em quatro modos: o *enunciativo*, o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*, cada um com uma *função de base*, que é a finalidade discursiva do projeto de fala do locutor: enunciar, descrever, narrar e argumentar, e mais um *princípio de organização* ou modo enunciativo que marca a

posição do locutor em relação ao interlocutor, ao dito e aos outros discursos;

- c) a *língua*, que constitui o material verbal organizado em sistemas formais significantes;
- d) o *texto* – resultado material do *ato de comunicação* – que é testemunha das escolhas conscientes ou inconscientes que os sujeitos realizam dentro das categorias de língua e dos modos de organização do discurso, em função das restrições linguístico-discursivas impostas pelo quadro físico e mental de cada situação.

O enunciativo, nos demais modos, determina a organização peculiar da construção descritiva, da lógica narrativa e da lógica argumentativa, como também os aspectos da encenação de cada um deles – seus efeitos e procedimentos. Assim, no descritivo, observam-se a forma de caracterizações, identidades e *status* do narrador e dos demais atores; no narrativo, os procedimentos semânticos e discursivos que se dão no decorrer das ações e dos acontecimentos; e, no argumentativo, elementos que compõem o *status* próprio de cada um desses modos.

A preferência do autor pela expressão *modo de organização* do discurso, em lugar do termo *tipo textual*, empregado por alguns teóricos, parece atender prioritariamente à necessidade de se destacar o *papel da pessoa do discurso* em todos os passos da escolha das categorias da língua e da organização do discurso, e,

mais ainda, à relação de dependência de tudo quanto acontece no *ato de comunicação* aos parceiros desse ato, que são os verdadeiros organizadores de cada “encenação” discursiva.

A função desses sujeitos é, então, atualizar o discurso no *ato de comunicação*, adotando o signo verbal como suporte. Por outro lado, a expressão *modo de organização* sinaliza a organização dos componentes que são reciprocamente associados e gerenciados pela subjetividade dos interlocutores que produzem sentidos, por meio dos signos linguísticos.

Por fim, uma observação importante a respeito do *modo de organização enunciativo*, que se define como um direcionador dos outros modos de organização e que, por isso também, dispõe de um *status* especial na organização do discurso: o modo enunciativo “comanda” os outros e intervém na *mise-en-scène* de cada um dos outros três, dando testemunho da maneira pela qual o “sujeito comunicante” se apropria da língua e intervém para organizar o discurso. São três as funções do *modo enunciativo*, as quais apontam, respectivamente, para o estabelecimento de três *atos* locucionários, de acordo com a ação do locutor/enunciador:

- modo alocutivo: estabelece uma *relação de influência* do locutor sobre o interlocutor (posição em relação ao interlocutor: EU→TU);
- modo elocutivo: revela o *ponto de vista* do locutor (posição que assume em relação ao mundo: EU→ELE);

- modo delocutivo: testemunha o dito (posição em relação a outros discursos: ELE).

Convém lembrar que, sempre ao tomar a palavra, o sujeito comunicante constrói uma imagem de si próprio e de seu interlocutor e é inegável que toda “maneira de dizer” induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade, o caráter dos enunciadores.

A construção de uma imagem de si está, pois, fortemente ligada à noção de enunciação, que já fora colocada no centro de atenção da análise linguística pelos trabalhos de Émile Benveniste. Com efeito, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente a um locutor que utiliza a língua e nela inscreve sua subjetividade e dialoga com outras subjetividades.

Essa imagem de si, projetada pelo locutor através de seu discurso, é designada, na Retórica tradicional, como *ethos*. Nesse caso, está mais em jogo a capacidade de transmitir credibilidade, de persuadir o alocutário pelo discurso do que o caráter propriamente dito do locutor.

No âmbito da análise do texto como discurso, deve-se enfatizar a importância desse novo paradigma do enfoque enunciativo que prioriza observar a presença do sujeito emissor no discurso em relação direta com seu interlocutor. Nessa perspectiva, a língua deixa de ser encarada

como um meio de informação ou de referência ao real e passa a ser vista pelo âmbito da influência e da interatividade dos seres discursivos na reconstrução da realidade.

A seguir, apresenta-se uma proposta de análise textual discursiva, segundo parâmetros da Teoria Semiolingüística.

Análise textual-discursiva sob o ponto de vista da Semiolingüística

Considerando-se a Teoria Semiolingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, e os principais conceitos propostos por ele – e já apresentados na parte teórica deste artigo –, observe-se, a seguir, a análise de uma crônica jornalística intitulada “O futuro do GPS”, escrita por Verissimo e publicada no jornal *O Globo*, em 31 de dezembro de 2009.

Veja-se a crônica:

O futuro do GPS

Verissimo

Ainda não me refiz da primeira vez em que vi um GPS funcionando. GPS, já sabia todo mundo menos eu, quer dizer Sistema de posicionamento Global, em inglês. É um aparelho que mostra onde estamos numa telinha e diz como chegar aonde queremos ir. Diz, literalmente. O danado do aparelho não apenas fala como é poliglota: você pode escolher a língua com a qual será guiado. Durante a Copa na Alemanha, que foi quando conheci o engenho mágico, éramos orientados por uma simpática portuguesa

que não nos deixava confundir *ingang* com *aufgang*, chamava rotatória de “rotunda” e nunca nos falhou. Nem comecei a tentar compreender como a visão de um satélite estacionado sobre nossas cabeças chegava no carro e se transformava em voz com sotaque português. Eu ainda não sei como funciona grampeador.

Mas posso imaginar como será o futuro do GPS. É provável que um dia ele assuma o volante e dispense o motorista, eliminando uma etapa no processo de dar direções e só usando sua voz para gritar com as crianças no banco de trás.

E não é impossível que, com o tempo, surja uma espécie de GPS moral, um sistema de orientação não para veículos, mas para gente, que mostre o caminho a ser seguido, os desvios éticos a serem evitados e a melhor saída para qualquer “rotunda” de incertezas que possa nos comprometer. O aparelho não seria maior que um celular que cada um carregaria no bolso ou na bolsa.

Porque a verdade é que todos os nossos antigos sistemas de orientação – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – falharam, somos uma geração à deriva, sem giroscópio. Com o aperfeiçoamento do GPS, seríamos guiados por uma entidade superior que tudo vê e tudo sabe, um satélite estacionário sem nenhuma dúvida sobre o que é certo e o que é errado e o que nos convém. Bastaria levar o aparelho ao ouvido e escutar seus conselhos. Na voz que escolheríamos.

Levando-se em conta que a Semiolingüística, ao estudar o texto, privilegia a imagem do sujeito enunciador projetada no seu discurso e que essa imagem pode ser observada na perspectiva da *enunciação ampliada* (exame do contexto situacional) e da *enunciação restrita* (exame

dos procedimentos linguísticos), inicia-se esta análise, abordando-se os princípios da *identidade* e da *alteridade*.

O sujeito produtor do ato de comunicação é o cronista Verissimo, e o sujeito receptor desse ato é o leitor da crônica. Ambos se reconhecem, na medida em que partilham saberes, o que, aliás, torna possível o primeiro escrever para o segundo, e o segundo interpretar o primeiro. Tem-se, assim, identificado, o *princípio da alteridade* nesse processo.

O *princípio da identidade*, para Charaudeau, porém, é mais complexo, pois o indivíduo tem duas identidades, sendo uma social e outra discursiva. A *identidade social* de Verissimo está relacionada à figura de um homem em torno dos setenta anos, gaúcho e que é cronista do jornal *O Globo*. A *identidade discursiva* está relacionada a um indivíduo que tem direito à palavra e que, por meio dela, constrói sua própria imagem, transmitindo para o leitor suas vivências, suas concepções do mundo, sua opinião sobre os acontecimentos, comportamentos, invenções, tais como a invenção do GPS. Destaque-se que uma identidade é determinada pela outra: Verissimo tem direito à palavra por ser quem ele é socialmente – um cronista do *O Globo* –, e é um cronista do *O Globo* por criar, através de seu comportamento linguageiro, o homem que representa ser.

Partindo-se das duas identidades, encontram-se os quatro sujeitos identificados por Charaudeau: ligados aos *seres sociais* estão os sujeitos que “fazem”, ou

seja, o EU comunicante (EUc) – Verissimo, o ser “de carne e osso” – e o TU interpretante (TUi) – o leitor de suas crônicas, também ser “de carne e osso”; ligados aos *seres discursivos*, estão os sujeitos que “dizem”, isto é, o EU enunciador (EUe) – o falante/escritor ideal, o ser discursivo – e o TU destinatário (TUd) – o ouvinte/leitor ideal.

No primeiro parágrafo, o cronista introduz a temática de sua crônica – o GPS – e a trata da seguinte forma.

O EUc produz atos de linguagem, construindo a imagem de um EUe que se surpreende com o funcionamento de um objeto chamado GPS, ao relembrar o episódio em que ele (EUc) viu pela primeira vez um aparelho daquele tipo, funcionando. EUe descreve a funcionalidade do GPS (*É um aparelho que mostra onde estamos numa telinha e diz como chegar aonde queremos ir*) e expressa a admiração de EUc, ao declarar que o aparelho realmente fala e é poliglota. Para defender a tese do poliglotismo, dirige-se ao leitor (TUd), afirmando dizer que o aparelho é poliglota porque ele, leitor, ao usar um, poderá escolher a língua com a qual será guiado.

EUe narra e descreve o episódio em que EUc conheceu um GPS (*Durante a Copa na Alemanha, que foi quando conheci o engenho mágico éramos orientados por uma simpática portuguesa que não nos deixava confundir ingang com aufgang, chamava rotatória de “rotunda” e nunca nos falhou.*), mas diz não ter tentado compreendê-lo, já que não sabia

bem como um grampeador – aparelho manual tão mais simples – funcionava.

Depois de reconhecer que não entendia bem o funcionamento de um grampeador, concedendo razão a outros pontos de vista existentes (*Eu ainda não sei como funciona grampeador*), EUe, no terceiro parágrafo, faz uma restrição, dizendo, de seu ponto de vista, que pode imaginar como será o futuro de um GPS. Descreve o funcionamento do GPS do futuro (*É provável que um dia ele assuma o volante e dispense o motorista, eliminando uma etapa no processo de dar direções e só usando sua voz para gritar com as crianças no banco de trás*) e apresenta a tese/hipótese de que, com o tempo, poderia surgir uma espécie de GPS moral, cuja função seria orientar as pessoas quanto a questões éticas e quanto a melhores soluções para os problemas.

No quinto parágrafo, EUe defende a tese da necessidade de um GPS moral, ao justificá-la: *Porque a verdade é que todos os nossos antigos sistemas de orientação – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – falharam, somos uma geração à deriva, sem giroscópio*. Por fim, conclui o texto, explicando o seu funcionamento (*Com o aperfeiçoamento do GPS, seríamos guiados por uma entidade superior que tudo vê e tudo sabe, um satélite estacionário sem nenhuma dúvida sobre o que é certo e o que é errado e o que nos convém. Bastaria levar o aparelho ao ouvido e escutar seus conselhos. Na voz que escolheríamos.*).

Paralelamente à construção de um EUe, EUc imagina um TUD (leitor ideal) com quem EUe se comunica e a quem revela, de maneira insólita, a preocupação de EUc com o fracasso dos antigos sistemas de orientação do homem – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – e com sua consequente falta de rumo.

A par do processo de produção, existe o processo de interpretação segundo o qual o TUi (ouvinte/leitor real) constrói a imagem de um EUe (falante/escritor ideal) a partir das estratégias utilizadas por este e, dessa forma, formula hipóteses sobre o EUc (falante/escritor real).

No caso da crônica em apreço, o objetivo do EUc é que o TUi, por meio do discurso do EUe, atente para os problemas morais da vida hodierna. O modo, porém, por intermédio do qual o EUe chama a atenção do TUD para a crise moral, é surpreendente: fala do seu desconhecimento acerca do funcionamento de um aparelho chamado GPS, relata descritivamente a circunstância em que o conheceu, declara que imagina o futuro do aparelho e revela a possibilidade/necessidade do surgimento de um GPS moral, defendendo rapidamente sua tese. Dessa forma, o TUi formula uma hipótese sobre o EUc de que este (Veríssimo) preocupa-se com as questões morais de sua contemporaneidade, mas trata de um assunto sério, de maneira agradável e até graciosa, usando uma estratégia bastante singular: um texto que trata do futuro do GPS.

Partindo-se do princípio de que um ato de linguagem pode ser produzido ou interpretado, isto é, que no ato de linguagem há uma situação de troca, é importante analisar a crônica, considerando-se o *modelo de estruturação dos atos de linguagem* nos seus três níveis: *situacional, comunicacional e discursivo*.

Os atos de linguagem que constituem o texto em estudo têm por *finalidade* chamar a atenção do leitor para um problema que vive a sociedade: a falta de ética. A *identidade dos parceiros* da troca comunicativa é caracterizada pela presença do EUc, o cronista Verissimo, e o TUi, o leitor real da crônica. O *domínio do saber* corresponde à temática de que se fala: no caso em estudo, “o futuro do GPS”. Por fim, o *dispositivo*, as circunstâncias materiais por intermédio das quais ocorre a troca comunicativa, equivale ao jornal *O Globo*. Esses dados configuram o primeiro *nível de estruturação do ato de linguagem*: o **nível situacional**.

O **nível comunicacional** de estruturação do ato de linguagem, que está relacionado aos *modos de dizer*, aos *papéis linguageiros dos sujeitos*, materializa-se no texto em estudo por intermédio, por exemplo, de encadeamentos semântico-discursivos como estes: um enunciado funciona, ao mesmo tempo, como justificativa para o que se diz no enunciado anterior e como concessão ao ponto de vista de outro enunciatador (TUD), sendo, a seguir, anulado argumentativamente pelo enunciado restritivo imediato. É o que se percebe no recorte

Nem comecei a tentar compreender como a visão de um satélite estacionado sobre nossas cabeças chegava no carro e se transformava em voz com sotaque português. Eu ainda não sei como funciona grampeador.

Mas posso imaginar como será o futuro do GPS.[...],

em que o enunciado *Eu ainda não sei como funciona grampeador*: a) é justificativa para o fato de o cronista não ter tentado entender o funcionamento do GPS; b) funciona como enunciado concessivo em relação ao seguinte, *Mas posso imaginar como será o futuro do GPS*, tendo este último poder de anular argumentativamente o anterior. A anulação é observada na sequência do texto cujo teor são as características do GPS do futuro, e não algo relacionado ao funcionamento do grampeador.

O **nível discursivo** de estruturação do ato de linguagem, aquele que constitui o *lugar de intervenção do sujeito enunciatador* e que deve atender a determinadas condições de realização, é identificado a partir das seguintes características de Verissimo:

- a) Ele é detentor de *legitimidade*, o que lhe confere o direito de chamar a atenção do leitor sobre problemas da atualidade, percorrendo sobre um GPS. A autoridade de alertar o leitor, por meio de uma técnica insólita, lhe é dada pelo jornal *O Globo*, empresa da qual ele é cronista;
- b) Ele também tem *credibilidade*, ou seja, é considerado um indivíduo cujas opiniões e forma de expô-

-las são pertinentes, fato que lhe permite tratar de um assunto sério por meio de recursos nos quais mistura realidade e ficção;

- c) Ele atende à condição de *captação*, na medida em que investe na sedução e persuasão do leitor. Para isso, escolhe variadas atitudes discursivas que revelam sua finalidade, identidade e propósito, construindo, ao mesmo tempo, sua própria legitimidade, credibilidade e captação. Como exemplo, pode-se observar o texto do ponto de vista dos *modos de organização do discurso*, identificando-se, em sua construção, o emprego dos variados modos, quando ele descreve um GPS, narra a situação em que conheceu o aparelho, apresenta uma tese acerca do seu futuro e argumenta para defendê-la.

Tem-se, assim, no preenchimento das condições de *legitimidade*, *credibilidade* e *captação*, o terceiro nível do modelo de estruturação dos atos de linguagem, isto é, o *nível discursivo*.

Observando-se, agora, a crônica jornalística quanto ao *contrato de comunicação* em que ela se constitui, tem-se um texto que apresenta semelhanças com o texto exclusivamente informativo, pois, assim como o repórter, o cronista se inspira nos acontecimentos diários para constituir a base da crônica. Por outro lado, distingue-se da reportagem pelo fato de o cronista dar a esses acontecimentos um toque próprio, incluindo

em seu texto elementos como ficção, fantasia, elementos que o texto essencialmente informativo não contém.

A crônica de Verissimo é um texto que trata de um aparelho que, não havia muito tempo, surgira como mais um invento tecnológico; portanto, se inspira em acontecimentos diários. O surgimento do GPS, entretanto, é tratado fantasiosamente pelo autor, pois este o imagina, no seu futuro, como um aparelho que, provavelmente, conduzirá o automóvel, dispensando o próprio motorista. A fantasia se estende ao levantamento da possibilidade do surgimento de um GPS moral, fato que caracteriza o apelo à ficção. Tem-se, assim, sob esses aspectos, uma *crônica jornalística*.

No que se refere às características formais, a *crônica*, na maioria dos casos, é um texto curto e narrado em primeira pessoa, ou seja, o próprio escritor *dialoga* com o leitor. Geralmente, apresenta linguagem simples, espontânea, situada entre a linguagem oral e a literária. Tais características são observáveis no texto em apreço: *Ainda não me refiz da primeira vez em que vi um GPS funcionando. / O danado do aparelho não apenas fala como é poliglota: você pode escolher a língua com a qual será guiado.*

Como se constata, o texto de Verissimo segue o *espaço de restrições* do contrato de comunicação, em que se constitui. Identifica-se um texto construído em 1ª pessoa, o que significa que o locutor expressa seu ponto de vista, configurando-se linguisticamente. Esta é a marca da

modalidade elocutiva, de Charaudeau, modalidade constitutiva do *modo enunciativo de organização do discurso*, sendo esse *modo de organização* uma categoria de discurso que testemunha o modo como o sujeito falante trata a *mise-en-scène* comunicativa.

O uso da expressão “danado aparelho”, que, ao mesmo tempo em que retoma o referente GPS, introduz um novo referente – não se trata mais de um simples GPS, mas de um aparelho que faz coisas que não se imagina, já que fala e é poliglota –, também é uma prova de que o *espaço de restrições* é respeitado: trata-se do emprego de uma expressão de caráter informal, típica da oralidade, e das crônicas jornalísticas. A propósito, no segundo parágrafo, o GPS é visto como “engenho mágico”, expressão tipicamente lúdica e informal, características do *contrato de comunicação* do gênero em estudo.

No que diz respeito ao *espaço de estratégias* (ou de *manobra*), que todo contrato de comunicação permite seja construído, verificam-se variados caminhos discursivos percorridos pelo colunista.

Destaca-se, em primeiro lugar, o modo como a matéria linguageira é organizada. A finalidade comunicativa do sujeito escritor é falar do GPS, dizer o quanto a invenção o surpreende, o que o seu surgimento provoca em sua imaginação e, a partir do imaginário, despertar o leitor para um problema daquele momento: a ausência de valores que orientem o homem em sua caminhada.

Para cumprir a finalidade comunicativa, o locutor descreve, narra, argumenta, utilizando-se dos quatro modos de organização do discurso.

Como se observa nas crônicas jornalísticas dos últimos tempos, o recurso a todos os modos de organização tem-se constituído numa marca do *espaço de estratégias*, na medida em que cada cronista privilegia um dos modos, ou usa igualmente ou variavelmente todos. Na crônica “O futuro do GPS”, observa-se a recorrência a todos os modos de organização do discurso. O *modo descritivo* é observado, por exemplo, no momento em que Verissimo define funcionalmente um GPS: *É um aparelho que mostra onde estamos numa telinha e diz como chegar aonde queremos ir.*

O *modo narrativo* – juntamente com o *descritivo* – é encontrado no trecho em que o cronista relata a situação em que conheceu o aparelho: *Durante a Copa na Alemanha, que foi quando conheci o engenho mágico, éramos orientados por uma simpática portuguesa que não nos deixava confundir ingang com aufgang, chamava rotatória de “rotunda” e nunca nos falhou.*

O *modo argumentativo* é verificado, por exemplo, no segundo e terceiro parágrafos: *E não é impossível que, com o tempo, surja uma espécie de GPS moral [...]. Porque a verdade é que todos os nossos antigos sistemas de orientação – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – falharam, somos uma geração à deriva, sem giroscópio.*

O modo enunciativo, sempre presente nos textos, já que assinala a posição do locutor em relação ao interlocutor (modalidade alocutiva), ao dito (modalidade elocutiva) e aos outros discursos (modalidade delocutiva), pode ser observado ao longo da crônica.

A modalidade alocutiva é encontrada no trecho *você pode escolher a língua com a qual será guiado*, pois o locutor implica o interlocutor (você) no momento em que o informa ter ele a opção de escolher a língua que o guiará. Vale destacar que o trecho não representa apenas uma informação, mas também um argumento que defende a tese de que o aparelho é poliglota. O locutor dirige-se diretamente ao interlocutor, com a finalidade de convencê-lo da veracidade de sua tese.

A modalidade elocutiva está presente em diversos excertos da crônica, tais como: *Nem comecei a tentar compreender como a visão de um satélite estacionado sobre nossas cabeças chegava no carro e se transformava em voz com sotaque português. Eu ainda não sei como funciona grampeador*. Nesse recorte, observa-se que o locutor não implica o interlocutor no ato locutivo, mas revela o seu próprio ponto de vista sobre aquilo que enuncia (comecei, nossas, Eu não sei): a sua ignorância acerca do funcionamento do GPS e do próprio grampeador.

A modalidade delocutiva é encontrada em passagens como estas: *É provável que um dia ele assuma o volante e dispense o motorista, eliminando uma etapa no processo de dar direções e só usando sua*

voz para gritar com as crianças no banco de trás. / E não é impossível que, com o tempo, surja uma espécie de GPS moral, um sistema de orientação não para veículos, mas para gente, que mostre o caminho a ser seguido, os desvios éticos a serem evitados e a melhor saída para qualquer “rotunda” de incertezas que possa nos comprometer. / [...] a verdade é que todos os nossos antigos sistemas de orientação – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – falharam [...].

Nesses recortes, constata-se que o locutor e o interlocutor estão desligados do ato locutivo. No primeiro exemplo, observa-se a modalidade do provável sendo lexicalizada por uma oração modalizadora (*É provável que*). O mesmo tipo de lexicalização é verificado no segundo exemplo, identificando-se a modalidade do possível (*não é impossível que*), e no terceiro, veiculando a modalidade da certeza (*a verdade é que*). É importante assinalar que, embora os sujeitos não estejam diretamente envolvidos no ato locutivo – no sentido de que não ocorrem marcas de 1ª e 2ª pessoas –, o emprego do distanciamento tem um significado: trata-se de uma estratégia do sujeito enunciador de inserir sua posição diante do enunciado que produz, sem sinalizar concretamente a sua presença.

Vale destacar também que o cronista, a partir do segundo parágrafo, passa a usar modalidades que indicam a sua falta de certeza em relação ao que diz (*É provável que; não é impossível que*). A mesma falta de certeza é observável no

uso de verbos no futuro do pretérito: *O aparelho não seria maior que um celular que cada um carregaria no bolso ou na bolsa. / Com o aperfeiçoamento do GPS, seríamos guiados por uma entidade superior que tudo vê e tudo sabe, um satélite estacionário sem nenhuma dúvida sobre o que é certo e o que é errado e o que nos convém. / Bastaria levar o aparelho ao ouvido e escutar seus conselhos. Na voz que escolheríamos.*

No primeiro parágrafo, não se encontram orações modalizadoras denotando incerteza nem verbos no futuro do pretérito, e isso se deve ao fato de que, nessa parte do texto, Verissimo está tratando de questões do mundo real, ou seja, do momento em que conheceu um GPS, da funcionalidade do aparelho e de sua incompreensão quanto ao seu funcionamento.

No segundo e terceiro parágrafos, entretanto, ele passa a tratar a temática do ponto de vista ficcional, fantasioso – o GPS do futuro que substitui o motorista; o GPS moral que orienta o homem quanto ao caminho a trilhar –, o que o leva ao emprego de estratégias como o de orações modalizadoras, veiculando as modalidades do provável e do possível, e de verbos no futuro do pretérito, expressando o valor semântico de hipótese.

Nesses dois parágrafos, identifica-se, mais uma vez, o *espaço de estratégias* a que todo contrato de comunicação permite recorrer, sendo ele explorado pelo cronista para imprimir ao seu texto a ideia de ficção.

Destaque-se, porém, que o último parágrafo é introduzido por uma oração modalizadora que veicula a modalidade da certeza, bem como os tempos verbais que expressam a realidade – *Porque a verdade é que todos os nossos antigos sistemas de orientação – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – falharam, somos uma geração à deriva, sem giroscópio.*

Essa alternância de estratégias se explica justamente pela intercalação entre ficção e realidade. É real que *todos os nossos antigos sistemas de orientação – o religioso, o familiar, o jurídico, o filosófico – falharam; que somos uma geração à deriva, sem giroscópio.* É ficção o surgimento de um GPS que substitui o motorista e o surgimento de um GPS moral. Verissimo usou a ficção como um modo diferente de chamar a atenção do leitor para o problema dos valores morais que acomete o homem. Tem-se, nessa alternância, mais uma prova de que o *espaço de estratégias* foi utilizado, e com mestria, como era de se esperar do cronista em apreço.

Considerações finais

Conclui-se esta análise com a observação de que a Semiologia do Discurso é uma teoria que oferece outras possibilidades de investigação do texto/discurso, além das exploradas aqui – identidade social e identidade discursiva a partir da teoria dos sujeitos; os níveis *situacional, comunicacional e discursivo*

de estruturação dos atos de linguagem; contrato de comunicação e espaços de restrição e manobra; modos de organização do discurso; modalidades elocutiva, alocutiva e delocutiva. Acredita-se, porém, que a exposição teórica e a análise da crônica jornalística aqui propostas permitam ao leitor deste artigo ter uma visão geral acerca da teoria de Patrick Charaudeau e de sua produtividade na leitura e interpretação de textos.

Text as a discourse: a semiolinguistic way of analysis

Abstract

This article proposes the analysis of a text as discourse, based on the Semiolinguistic theory of discourse (Charaudeau, 1983, 2008). We intend to characterize the act of language as an interenunciative one, considering about the project of influence of the subject over the receptor, regulated by one contract of communication and in a communicative situation. Through the analysis of a text by L. F. V, published in *O GLOBO*, in 2009, the article is concentrated on the description of subjective action, in the process of “transformation and transation”, that constructs the different genres of text and discourse.

Keywords: Enunciation. Act of language. Contract of communication.

Referências

- BAKHTIN, M. (1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BRÉAL, M. (1897). *Ensaio de semântica*. Trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes/Educ, 1992.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística Geral*. Campinas: Pontes, 1966. v. 1.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 11-30.
- _____. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1999. p. 5-44.
- _____. (1983, 1992). *Linguagem e discurso*. Trad. e org. Grupo NAD e CIAD-Rio. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- VERISSIMO, Luís Fernando. O futuro do GPS. *O Globo*, 31 dez. 2009.